

A PRODUÇÃO DA ESCALA GEOGRÁFICA SEGUNDO CRIANÇAS NA CIDADE DA COPA DO MUNDO

Jeysson Ricardo Fernandes da Cunha
wagneralceudias@bol.com.br

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Professor do Departamento de Psicologia da Faculdade de Quatro Marcos. Endereço: Rua Geraldo Ribeiro da Silva, 689. Centro. CEP 78280-000. Mirassol D'Oeste/MT

RESUMO

Este estudo¹ parte do princípio que a cidade e seus espaços atuam diretamente no desenvolvimento humano, fornecendo elementos educativos, forjando significações e o modo das crianças ser-e-estar no mundo. A cidade de Cuiabá/MT foi escolhida para sediar um dos maiores megaeventos esportivos privados: a Copa do Mundo FIFA. O movimento provocou diversas intervenções na paisagem da cidade. Tem-se como ancoragem teórica a Teoria Histórico-Cultural (VIGOSTKI, 2010) em diálogo com os estudos de Smith (2000) sobre a produção da escala geográfica. Soma-se a estes autores, as análises de Sennett (2014a, 2014b) e de Jovchelovitch (2000) que se inserem no debate em relação aos espaços públicos. A produção da escala geográfica revela o mundo-vivido das crianças orientadas por significações neoliberais e a construção de "espaços domesticados". Tais locais possibilitam encontros restritos a pessoas do mesmo estrato social. Portanto, nota-se a tendência das crianças de assumirem a configuração do espaço privado como referência para se pensar o espaço público, sendo definido como lugares gratuitos.

PALAVRAS-CHAVE

Escala geográfica, Crianças, Cidade, Copa do Mundo 2014.

¹ Agência financiadora da pesquisa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

LA PRODUCCIÓN DE LA ESCALA GEOGRÁFICA SEGÚN NIÑOS EN LA CIUDAD DE LA COPA DEL MUNDO

RESUMEN

En este estudio parte del principio que la ciudad y sus espacios actúan directamente en el desarrollo humano, proporcionando elementos educativos, forjando significaciones y el modo de los niños ser-y-estar en el mundo. La ciudad de Cuiabá / MT fue elegida para albergar uno de los mayores megaeventos deportivos privados: la Copa Mundial de la FIFA. El movimiento provocó diversas intervenciones en el paisaje de la ciudad. Se tiene como anclaje teórico la Teoría Histórico-Cultural (VIGOSTKI, 2010) en diálogo con los estudios de Smith (2000) sobre la producción de la escala geográfica. Se suman a estos autores, los análisis de Sennett (2014a, 2014b) y de Jovchelovitch (2000) que se inscriben en el debate en relación a los espacios públicos. La producción de la escala geográfica revela el mundo-vivido de los niños orientados por significaciones neoliberales y la construcción de "espacios domesticados". Tales locales posibilitan encuentros restringidos a personas del mismo estrato social. Por lo tanto, se nota la tendencia de los niños a asumir la configuración del espacio privado como referencia para pensar el espacio público, siendo definido como lugares gratuitos.

PALABRAS CLAVE

Escala geográfica, Niños, Ciudad, Copa del Mundo 2014.

Introdução

Em suas investigações sobre a cidade, Sennett (2014a) destaca o problema contemporâneo que acomete a urbe moderna: a privação sensorial e a individualidade. A cidade têm sido um artefato de disputa e poder que muito dialoga com a semelhança das relações sociais existentes. Tais reflexões possibilitam compreender que a cidade representa uma valorosa matriz que favorecem a emergência de processos simbólicos que atuam na construção de identidades pessoais e sociais.

A cidade de Cuiabá/MT (Mato Grosso) foi escolhida para sediar um dos maiores megaeventos esportivos privados: a Copa do Mundo de futebol masculino da Federação Internacional de Futebol (FIFA). O movimento provocou diversas intervenções na paisagem da cidade: construção do Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT); viadutos modernos; e a construção da Arena Pantanal. Para Galindo, Lemos e Rodrigues (2014), a Copa do Mundo 2014 reúne um agenciamento privado (empreiteiras, entidades esportivas internacionais, empresas de *marketing* esportivo, dentre outras) sobre o setor público, cujos discursos midiáticos dos órgãos públicos reforçam a ideia de legitimação do evento ancorados no legado a ser alcançado em momento ulterior.

As crianças não são passivas a este processo: são sujeitos ativos e de direitos com potencial para exercer influência social, cujo apoio advém dos pressupostos da *Sociologia da Infância* (SARMENTO, 2007). Nesta direção, Belloni (2009) anuncia as transformações relativas à infância como as mais significativas ocorridas ao final do século XX que envolve as mudanças de valores e representações dedicadas às crianças que doravante passaram a ser reconhecidas como um valor em si para o presente e não mais como um *vir-a-ser*.

Sob outra perspectiva, Vigotski (2000) propõe que o processo de desenvolvimento humano ocorre em diálogo com a cultura e com a história, em que a consciência humana constitui e é constituída nesse processo.

Esses enfoques pressupõem que a cidade e seus espaços atuam diretamente no desenvolvimento humano, fornecendo elementos educativos, forjando significações e o modo das crianças ser-e-estar no mundo. Desta forma, a vivência cidadina contemporânea tem produzido a perda do sentimento de coletividade e comunidade; a emergência do individualismo e do desenraizamento cultural, demarcando profundas feridas sociais.

Neste prisma, são relevantes as análises de Smith (2000) sobre a escala geográfica cuja perspectiva revela uma linguagem espacial acerca das pressões sócio-políticas existentes nos grandes centros urbanos.

Assim, o presente estudo refere-se à análise das significações de crianças em relação à cidade de Cuiabá em tempos de Copa do Mundo. Tem como objetivo demonstrar a produção da Escala Geográfica das crianças, a partir de mapas cognitivos, isto é, a proporção vivida dos sujeitos diante das intervenções ocorridas na cidade para a realização do mundial futebolístico analisados com base nos desenhos produzidos pelas mesmas.

O arcabouço de análise deste estudo centra esforços nos possíveis impactos do citado megaevento nas significações das crianças sobre a (re)organização espacial da cidade por meio da qual se viabiliza as práticas e participações sociais.

Cidade: territórios, memórias e desenvolvimento humano

O campo interdisciplinar a ser explorado neste estudo compreende o caráter dinâmico e complexo que envolve os fenômenos sociais. Pretende-se estabelecer um diálogo entre as diversas ciências humanas e sociais: Psicologia, Sociologia e Geografia.

Assume-se a indissociabilidade dos saberes nas análises dos impactos que as intervenções urbanas ocupam nas dimensões simbólicas dos sujeitos.

Os princípios que regem a Teoria Histórico-Cultural estão pautados na natureza social e no desenvolvimento humano em uma tentativa de compreender o desenvolvimento da consciência humana, ou seja, das funções mentais superiores. Ao pensar a relação sujeitos e a cidade, levou-se em consideração o seguinte pressuposto: uma sociedade se organiza a partir de dimensões políticas, econômica-jurídicas e ideológicas. No entanto, o *espaço* se apresenta como uma quarta dimensão, atuando como um fator social que reflete diretamente a condição de sua sociedade: se a sociedade é construída de forma desigual, o espaço será desigualmente ocupado, distribuído ou significado (SANTOS, 1985), atuando de forma decisiva na formação social da mente, que, segundo Vigotski (2000, p. 24), “Qualquer função psicológica superior foi externa – significa que ela foi social; antes de se tornar função, ela foi uma relação social entre duas pessoas”..

Para Jodelet (2002, p. 32), “[...] a significação do espaço é marcada pela cultura e pela história, e que as significações subjetivas que lhe emprestam seus ocupantes têm a ver com a biografia e a história desse grupo”. A importância da significação espacial relatada pela autora reafirma a noção de memória social perpetuada ao longo da história do lugar. Desta forma, fatores físicos e processos psicológicos dialogam na construção dos significados e atuam na construção da identidade pessoal e social. Destaca-se aqui a relevância que os espaços da cidade assumem nas vivências² dos sujeitos.

Sennett (2014a), afirma, que de uma maneira geral, a gênese dos espaços urbanos provém de vivências corporais peculiares de cada povo. A planta de uma cidade medieval, por exemplo, se fazia de obra em obra, com inspiração filosófica e uma matriz cultural, de forma a assegurar a sociedade em si mesma: o encontro com o diferente, ricos e pobres, que ocorriam frequentemente em diversos espaços da cidade. Para Jovchelovitch (2000), em relação aos espaços urbanos existem duas esferas essenciais que demarcam as maneiras de viver. Neste sentido, a experiência de vida ocorre no cotidiano e vai se fazendo ao longo do tempo, e a demarcação do que é público e do que é privado é necessária para que se preservem espaços de sociabilidade e de

²A vivência é uma unidade na qual, por um lado, de modo indivisível, o meio, aquilo que se vivencia está representado – a vivência sempre se liga àquilo que está localizado fora da pessoa – e, por outro lado, está representado como eu vivencio isso, ou seja, todas as particularidades da personalidade e todas as particularidades do meio são apresentadas na vivência, tanto aquilo que é retirado do meio, todos os elementos que possuem relação com dada personalidade, como aquilo que é retirado da personalidade, todos os traços de seu caráter, traços constitutivos que possuem relação com dado acontecimento. Dessa forma, na vivência, nós sempre lidamos com a união indivisível das particularidades da personalidade e das particularidades da situação representada na vivência. (VIGOTSKI, 2010, p. 686, grifos do autor)

intimidade, não apenas como espaços distintos, mas também de encontros e trocas sociais. Para Sennett (2014), o declínio do homem público faz surgir uma tirania da intimidade, e os espaços públicos tornam-se áreas de estranhamentos e perigos.

O diálogo entre Sennett (2014b) e Jovchelovitch (2000) é enriquecedor, pois ajuda a pensar o espaço urbano, em especial as transformações urbanas do legado da Copa do Mundo 2014, na diluição das fronteiras entre as esferas pública e privada, e as consequências disso para a sociedade.

Sob uma perspectiva semelhante, Searget (1981 apud JODELET, 2002) também sugere analisar o espaço da cidade a partir dos seguintes eixos: material, artefato e matriz. Considerando o espaço como *material*, pode-se compreender que o espaço construído estabelece aos sujeitos imposições, limitações e oportunidades para que aconteça (ou não) a ação dos sujeitos neste prisma. Compreendido como *artefato*, pois resulta da produção humana materializada em objetos, lugares e práticas sociais, e construído a partir de um processo histórico em diálogo com a cultura. Em relação a qualidade de *matriz* da cidade, entende-se que a possibilidade de constituir novos arranjos de vida no território. Observa-se a amplitude do potencial do espaço nas significações dos sujeitos, atuando de forma dinâmica e decisiva no modo de vida dos atores sociais, atuando no processo denominado por Proshansky (1976 apud JODELET, 2002) como *identidade dos lugares*.

O conceito de *identidade dos lugares*, amplia as possibilidades de compreender a relação histórica entre sujeitos e grupos para com os espaços e lugares da cidade. A partir disso, observa-se uma aproximação da expressão *identidade dos lugares* com os estudos de Lopes e Vasconcelos (2005; 2006), vinculados à *Geografia da Infância*. Para Lopes e Vasconcelos (2006, p. 112)

Existe, portanto, uma estreita ligação entre **a vivência da infância e o local onde ela será vivida**, pois cada grupo social não só elabora dimensões culturais que tornam possível a emergência de uma subjetividade infantil relativa ao lugar, mas também designa existência de locais no espaço físico que materializa essa condição (Grifo do autor).

A *Geografia da Infância* tem como perspectiva refletir a respeito das relações espaciais constituídas de diferentes modos na infância. Assim, parte do princípio segundo o qual as crianças elaboram e compartilham a realidade em nível semelhante na relação entre pares e em nível diferente para com os adultos, que darão contorno ao conhecimento das crianças acerca dos espaços e lugares possíveis para a sua vivência

não como desejam, mas como podem, segundo a organização social do grupo ao qual pertencem (LOPES; VASCONCELOS, 2006).

Desta forma, o campo de estudo da área de conhecimento acima citado corrobora para a compreensão da espacialidade das crianças, considerando a relação existente entre a cultura e a sociedade em interface com os diferentes contextos que promovem as vivências dedicadas à construção de lugares para a infância e possibilita, segundo Lopes e Vasconcelos (2005), a construção de identidades culturais, a partir do delineamento de espaços e lugares na dimensão de território³ por um grupo social.

Escala geográfica e atividade humana

A partir dos pressupostos apresentados, é possível compreender que o desenvolvimento da criança ocorre em diálogo com as estruturas de pensamento já existentes ao seu redor, mas que, a partir de sua vivência, passa a incorporar essas estruturas. Em decorrência disso, as crianças ressignificam e reelaboram a realidade, formam suas hipóteses para as soluções de problemas que identificam, ou seja, anunciam-se, desta forma, como participantes de seu grupo.

Neste prisma, a paisagem citadina reúne elementos que dialogam com homens e mulheres nas relações sociais com os recursos materiais e simbólicos que dispõem, que são objetos de significação. Segundo Zukin (2000), o conceito de paisagem pode ser definido como sendo uma construção material (em sua grande parte) e também como uma representação simbólica das relações que sujeitos sociais estabelecem com os espaços, consistindo em uma poderosa expressão das restrições estruturais de uma cidade.

A paisagem como *um dos matizes da cultura* pode ser compreendida como um elemento importante na vivência das crianças, capaz de reunir diversas formas materializadas no espaço terrestre, sejam elas naturais ou não. Deste modo, a paisagem é uma das referências para a cultura, que possibilita a diferenciação de um lugar para outro, do que “é de lá e o que é de cá”. É, sobretudo, tomado de sentidos e significados por seus habitantes, e a partir disso, segundo Lopes e Vasconcelos (2006), o espaço integra as diferentes formas de culturas que determinam, em cada localidade, a sua

³ Segundo Lopes e Vasconcelos (2005), a noção da dimensão territorial abarca diferentes inter-relações dos sujeitos e grupos no uso do território, isto é, onde lhes são conferidos e delimitados os espaços de suas vivências e que contribuem para formação de processos identitários, podendo ter fronteiras demarcadas, incluindo os conflitos que delas possam emergir.

maneira de conceber a infância, produzindo lugares destinados ao desenvolvimento de suas territorialidades e seus modos de ser e estar mundo.

Nessa dinâmica, a paisagem urbana está sempre em transformação, calcada em tensões históricas e sociais que, de acordo com Zukin (2000), representa uma justaposição das camadas formadas nos séculos XIX e XX, envoltos em um sistema de poder que moldam as novas paisagens dos grandes centros do século XXI.

Desse modo, as reestruturações urbanas têm sofrido pressões para ajustar-se às normas do mercado global, orientadas por uma lógica estrutural e, de certa forma, similar para as cidades. Soma-se a essa lógica a organização os serviços básicos fornecidos, anteriormente, pela esfera pública, e que passaram a ser administrados por empresas de natureza privada, como por exemplo, saneamento básico e transporte público. Segundo Zukin (2000), essa orientação reflete, na paisagem da esfera pública, espaços “domesticados” com a emergência de locais privados (*shoppings centers*, parques complexos fechados, e cafés) cujo acesso necessita ser pago e, portanto, realça a natureza restritiva desses espaços, resultado da diminuição da responsabilidade do Estado, sobretudo, na garantia de direitos fundamentais

Com esses contornos da vida em sociedade, observa-se que a cidade tem cada vez mais contribuído para a formação de referências pautadas na ótica de jogos de interesses que restringem o território e fomentam exclusões. Para Lopes (2005, p. 58)

A ótica neoliberal, construída no jogo de interesse dos conglomerados nacionais e internacionais, tem encontrado na criança uma fonte fértil para a produção de capital tem exercido um papel de reformulação em sua concepção tradicional ao elaborar “novos currículos de aprendizagem”, assumindo a condição de educadores (LOPES, 2005, p. 58).

De modo geral, pode-se entender que o autor deixa claro a vulnerabilidade que recai sobre o grupo de crianças diante de toda a estrutura posta e praticada na sociedade contemporânea. Em relação aos “novos currículos de aprendizagem” conforme anunciado por Lopes (2005), entende-se que, de certa forma, as estruturas sociais podem ser incorporadas, motivadas pelas estratégias adotadas para legitimar o capital e que possam ameaçar a vida em comum e corroborar para o despontar de culturas infantis sob o prisma da individualidade.

Compreende-se, desta maneira, que não há apenas uma cultura infantil, mas sim uma multiplicidade de culturas infantis elaboradas pelas condições simbólicas e materiais que produzem as variadas maneiras da criança ser e estar no mundo. E na

lógica global, se apresenta um novo mundo infantil que limita o ser criança às produções de consumo para a infância (LOPES, 2005).

Portanto, o espaço, a paisagem e o território são fontes que dão contornos às vivências das crianças e afirmam os lugares destinados à produção de culturas infantis. Jodelet (2002) corrobora com esse pressuposto ao anunciar que as representações sociais estão fortemente imbricadas com as formas materiais e com a demarcação social dos espaços.

Retomando as concepções de Proshansky (1976 apud JODELET, 2002), tem-se que os espaços e lugares vivenciados pelos sujeitos na cidade agregam memórias, concepções, interpretações, ideias e sentimentos, que lhes são inerentes ao convívio urbano. Os sujeitos, ao se identificarem com os lugares, buscam familiarizar-se com o território e, assim, transformar os medos, aflições, estranhamentos e conflitos que rotineiramente podem se deparar, em sentimentos de aconchego, comodidade, segurança, ou seja, em um lugar agradável, a partir da preservação da identidade pessoal ancorada no lugar que habitam.

Destarte, o modo de vida urbano contemporâneo pode possibilitar vivências nem sempre agradáveis. Isto é, os dilemas de segurança pública presente, sobretudo, no cotidiano das grandes cidades, impactam o imaginário social, afetando as significações dos sujeitos e influenciam no processo de interação de cada sujeito para com os espaços da cidade.

As demandas por segurança e controle exigidas aos arquitetos urbanísticos têm levado à elaboração de projetos e criação de espaços cujos efeitos se alternam entre a reclusão e a exclusão. A partir de seu estudo⁴, Moraes (2002) discute a correlação entre os conceitos de segurança *versus* reclusão (representados por *shoppings centers* e condomínios fechados) e controle *versus* exclusão (referente aos espaços urbanos em estado de abandono, degradação – bairros, áreas públicas abertas). As respostas para esta demanda têm dúvida impacto: a proliferação dos *shoppings centers* e condomínios fechados e em contrapartida ao declínio e abandono das áreas residenciais e os centros dinâmicos (MORAES, 2002).

Para Moraes (2002, p. 259), “[...] o sentimento de reclusão proporcionado por esses novos espaços tende a ser minimizado/mascarado a partir da reprodução, na forma de cenário/simulacro, de elementos dos espaços urbanos convencionais”. Ou seja, cria-se uma configuração “semelhante” às de moradias tradicionais (casas, ruas, bairros), mas

⁴ O estudo de Moraes (2002) é intitulado “Exclusão e Inclusão: delimitação e permeabilidade dos territórios”.

que, na sua íntegra o objetivo é orientado para a instauração de imagens de um legítimo avanço na qualidade de vida e bem-estar urbano.

O que é particularmente preocupante nesse quadro é justamente a forma como o problema da violência urbana vem sendo tratado no âmbito da produção e (re)estruturação do espaço – individual e coletivo –, quando muitas dessas lições são referendadas pelo poder público e por segmentos especiais da sociedade, ainda que promovam o acirramento das contradições existentes ao conferir a determinados espaços características de maior impermeabilidade do ponto de vista de um convívio social amplo (MORAES, 2002, p. 260).

Deste modo, silenciam-se estratégias, tais como a elaboração de projetos engajados em políticas públicas que contemplem as necessidades da população e que evitem processos de *territorialização* e *feudalização*⁵ dos espaços na (da) cidade (MORAES, 2002).

O processo de *territorialização* corresponde à demarcação clara da fronteira entre o público e o privado no espaço, em que os sujeitos com maior poder aquisitivo, adquirem território de acesso restrito e permanência vigilância, em consonância com suas demandas de segurança. Nessa perspectiva, o processo de *feudalização* é mais bem caracterizado pelo emergente crescimento de condomínios horizontais fechados e pela capacidade espacial de isolar, por intramuros, a vivência de sujeitos dos demais espaços da cidade, e, desta forma, incorporar ao território as práticas de socialização formatadas por filtros sociais e pela a idealização da cidade.

Os espaços de inclusão – que podem ser representados por condomínios fechados, áreas de lazer privadas, centros comerciais exclusivos, escolas privadas – são de usufruto de uma classe social capaz de arcar com os custos, e tem seu funcionamento engendrado como um mecanismo de autoproteção, com seus limites estruturais bem demarcados entre o que é público e o que é privado, além de o acesso ser controlado, vigiado, sob crivos sociais, em que ao mesmo tempo, são espaços de inclusão (daqueles que podem custear) e de reclusão (mesmo custeando, há um cárcere, perdas de convívio amplo social) (MORAES, 2002).

Em contrapartida, os espaços de reclusão, são evidenciados por meio da maximização da desigualdade social e econômica, na ocupação de áreas da cidade, que em algum momento, deixou de ser valorizado pelo mercado imobiliário ou até mesmo pela própria degradação/desvalorização do local. A ocupação pela população ocorre, nesses espaços, motivados pela necessidade e não pelo desejo, e devido à marginalidade

⁵ Moraes (2002) não conceitua esses termos, porém ambos correspondem à um neologismo usado para expressar as respostas projetuais pautada na (re)organização espacial com objetivo de proporcionar maior sentimento de proteção aos indivíduos e grupos contra possíveis riscos externos como, por exemplo, as edificações dos *shoppings centers*.

dos habitantes da cidade “vão se estruturando alguns limites, também como mecanismo de autoproteção contra os agentes que desejam expulsá-los, sejam estes a polícia ou o mercado imobiliário” (MORAES, 2002, p. 262), consolidando um *apartheid* social contemporâneo.

Diante disso, se apresenta, com relevância, a perspectiva de escala geográfica que releva uma linguagem espacial cujo conteúdo traz consigo a proporcionalidade de existência e de seus envoltórios políticos. Os estudos de Smith (2000), a respeito da produção de escala geográfica a partir da intervenção na paisagem mediante a construção do protótipo denominado “Veículo do sem teto⁶” e o “Poliscar⁷”, revela como a presença dos sem-teto é banida dos espaços privados, ao mesmo tempo em que é contestada nos espaços públicos. Várias são as ações para removê-los: abrigos, para fora de prédios, para bairros periféricos carentes e marginalizados. Além disso, a invisibilidade dos moradores de rua é reforçada pelo apagamento de políticas públicas destinadas a estes sujeitos que enviesam e os colocam em situação de pessoa negada.

Desta forma, o “Veículo dos sem-teto” é uma estratégia impertinente que dá, ao morador de rua, condições de se locomover pelos espaços em um movimento de torná-los visíveis a partir do direito de não ser isolado e excluído. Segundo Smith (2000, p. 135), “proporciona um meio potencial pelo qual os expulsos podem desafiar e, em parte, superar o deslocamento social que lhes é imposto pela falta de moradia”. Não se trata, portanto, de uma solução ao problema de moradia, mas uma forma de arte crítica que utiliza símbolos (carrinho de supermercado que notoriamente é um ícone de consumo), além de sua funcionalidade na prática política do cotidiano ao possibilitar a mobilidade urbana, produzindo e reproduzindo a (re)elaboração dos meios de sobrevivência.

Nestes termos, a escala geográfica se constitui em meio aos processos sociais contraditórios que se alternam, imbuídos ao sistema econômico, entre a competição e cooperação, que tem em sua maior expressão, a classe capitalista. Smith (2000) afirma que tanto a disputa social, quanto a geográfica implica no estabelecimento de fronteiras e na produção de escalas que, sobretudo, configuram as diferenciações de lugares, sendo, assim um critério de diferenças. Logo, a escala geográfica é, indubitavelmente, a

⁶ Projetado por Krzysztof Wodiczko e exibido pela primeira vez em Nova York em 1988, o “Veículo do sem-teto” foi financiado por iniciativas artísticas e públicas de arte e tem, como efeito, colocar em evidência e vivamente essa política de escala. Baseado numa arquitetura vernacular, o veículo foi construído na estrutura de um carrinho de supermercado e permitia aos moradores de rua meios para facilitar algumas necessidades humanas: transportar, sentar, dormir, abrigar-se e lavar-se (SMITH, 2000).

⁷ A construção do “Poliscar” por Wodiczko se deu como resposta as críticas e comentários feitos ao “Veículo dos sem-teto”. Foi projetado para levar mais a sério as questões de segurança e privacidade dos moradores de rua, cujo sua estrutura é baseada em um taque da Segunda Guerra Mundial, equipado com câmera externa, rádio, monitor de TV e um sistema de transmissão de micro-ondas entre outros “Poliscar”, possuía um sistema de comunicação e monitoramento que aprofunda a reconquista e a democratização do espaço urbano (SMITH, 2000).

proporção vivida dos sujeitos em diálogo com as estruturas construídas e disponíveis no ambiente.

A vivência nos espaços da urbe contemporânea expõe os indivíduos e grupos aos constantes conflitos oriundos da vida coletiva, ou seja, dos relacionamentos e trocas sociais que todos estão sujeitos em diversos momentos, estando submetidos à produção de escalas que definem fronteiras e denotam identidades limitadas ao redor dos quais o poder e o controle são praticados e impugnados. Dito dessa forma, Smith (2000) explora que, embora as escalas se apresentem dentro de uma configuração estruturada – incluindo sua identidade, aproximações e distanciamentos, demarcação de fronteiras – há ainda as possibilidades de políticas de contraposição ligadas à produção das escalas, cujo movimento de resistência implica na diluição de fronteiras, isto é, o “saltar escalas”. E neste aspecto, o “Veículo dos sem-teto” e o “Poliscar” podem ser entendidos como uma estratégia desafiadora da escala da mobilidade urbana e, neste prisma, os propulsores que permitiram, aos moradores de rua, saltar escalas.

Para Smith (2000, p. 144, grifo do autor), “[...] a escala contém a atividade social e, ao mesmo tempo, proporciona uma geografia já dividida em compartimentos, na qual a atividade social *tem lugar*”. Em outras palavras, a escala é a demarcação do sítio da disputa social, seu objeto e a resolução desta disputa. Assim, produzir a escala geográfica nesta perspectiva significa tornar possível uma linguagem com reflexos na política espacial próxima da existência humana.

Cada sujeito e grupo desenvolve, em constante elaboração interna e mediada pela vivência, representações que orientam o seu modo de ser e estar no mundo. Se, ao defender a valorização dos fenômenos da memória como mecanismo de defesa das identidades, Jodelet (2002) alertou para a durabilidade desta memória que está para além dos lugares, incluindo os costumes, o modo de vida e as técnicas, que podem exercer um papel de reforçador e estabilizador da evolução social e material; fazer da redução dos espaços da cidade um meio de obter segurança mediante o isolamento e a reclusão, suprimindo as diversas possibilidades de encontro com o estranho, o novo, o diferente (MORAES, 2002), parece demonstrar uma escala geográfica cujo modo de vida é pautado no isolamento, levando sujeitos e grupos a se relacionarem com os espaços da cidade limitados a demarcações ambientais e sociais, contribuindo para o enfraquecimento de laços comunitários e, conseqüentemente, o desenraizamento cultural, assim demonstrado por Silva (2014), influenciando diretamente no desenvolvimento humano e social.

Ao pensar a construção social da cidade e seu potencial identificador, noções como vivência e significação possibilitam o diálogo com processos, tais como a territorialização e a feudalização forjados no interior de uma sociabilidade orientada pela ideia de individualismo e ameaçada por fenômenos, tais como o da violência. A cidade tem sido pensada em escalas a partir da lógica da reclusão, da homogeneização, do enfraquecimento de laços comunitários e do desenraizamento cultural, forjados pelos sistemas de competição e cooperação produzidos como bases elementares nas paisagens sociais e culturais do meio urbano contemporâneo.

A cidade, tomada como material, artefato, e, sobretudo, como matriz, organizada segundo a perspectiva da territorialização e da feudalização, anuncia contornos de vivências infantis – mas não somente – que promovem o desenvolvimento de processos simbólicos que forjam a construção de identidades pessoais e sociais. Pressões e ajustes às normas do mercado global marcam um distanciamento entre a cultural local e a vida das crianças, e como apresentado pelos pressupostos da *Geografia da Infância*, produzem o modo de ser e estar das crianças nos espaços urbanos.

Trajetória metodológica

Os procedimentos adotados caracterizam um estudo de campo de orientação qualitativa-exploratório, construído a partir da observação participante e da produção de desenhos sobre a cidade de Cuiabá em dois motes: 1. Como era Cuiabá antes da Copa do Mundo de 2014; 2. Como ficou Cuiabá depois da Copa do Mundo de 2014. Tem-se como sujeitos da pesquisa 40 crianças com idade entre nove e 12 anos estudantes de escolas públicas da cidade de Cuiabá/MT, e pautou-se pelos princípios éticos estabelecidos para a prática investigativa⁸. Em se tratando de representação cartográfica optou-se por a utilização da noção de *mapas cognitivos*(ALBA, 2011), a partir da perspectiva das representações sociais⁹, partem do princípio que os indivíduos têm, internalizados em suas mentes, imagens gráficas e mapas cartográficos intimamente

⁸ Projeto de pesquisa submetido à avaliação do Comitê de Ética Humanidades da Universidade Federal de Mato Grosso e aprovado sob CAAE nº 48480315.3.0000.5690 em 14 de setembro de 2015, mediante autorização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido por pais/responsáveis, como garantia de direitos ao anonimato e possibilidade de desistência a qualquer momento. Foi solicitado ao participante menor de idade o seu assentimento à pesquisa, por meio do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, explicado, no momento da pesquisa, todo o procedimento de produção de dados e a sua permissão ou desistência (a qualquer momento e sem qualquer prejuízo), para a participação das etapas da pesquisa. Cabe ressaltar ainda que a participação da criança ocorreu voluntariamente após o desejo manifestado pela mesma.

⁹ Representações Sociais pode ser compreendido por crenças, valores e atitudes inerentes ao conhecimento popular, isto é, o pensamento do senso comum.

relacionados com as experiências no território, considerando, assim, as dimensões simbólicas e sociais de ambos os processos. Deste modo, a escolha por essa ferramenta justifica-se por contemplar as três dimensões de análise do espaço: dimensão social; dimensão territorial e dimensão subjetiva, convergindo, portanto, para a complexidade do fenômeno das representações socioespaciais.

Desta forma, nota-se que os mapas cognitivos são construções sociais do espaço socialmente elaborado e compartilhado por sujeitos e grupos em seus espaços, compreendendo assim a relação dialética que se configura entre o território e o sujeito em um processo de significação. Em outras palavras, essa relação dialética é expressada a partir do que existe no espaço urbano e naquilo que é tido como valor por uma comunidade (ALBA, 2011).

Os mapas cognitivos produzidos pelas crianças foram submetidos à análise de conteúdo. Este instrumento se configura como “[...] um conjunto de técnicas de análises das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1977, p. 38). Este tipo de análise permite, após o tratamento, a interpretação do fenômeno social e aproximar-se da natureza segundo a qual foram deduzidas do conteúdo analisado.

A partir dos resultados da análise de conteúdo, foi possível pensar na *Escala Geográfica das Crianças na Cidade da Copa do Mundo*. Os estudos de Smith (2000) referentes à produção de escalas são tomados como fonte de inspiração, sobretudo, concernente à construção de uma escala geográfica e seu poder de dar visibilidade na diferenciação, esforçando-se para transformar os dilemas sociais em uma linguagem acessível.

A escala geográfica das crianças na cidade da copa do mundo

Foram identificadas quatro categorias correspondentes aos motes “Cuiabá Antes da Copa do Mundo” e “Cuiabá Depois da Copa do Mundo”, cujos foram possíveis categorizá-los com nomenclaturas iguais, a saber: *vida comunitária; comércio; paisagem urbana; e memória social*.

A construção das categorias se deu mediante a cena representada pela criança nos mapas cognitivos, proveniente dos conteúdos que cada desenho apresentava. Tal critério se justifica pelo fato de que, algumas crianças, produziram os mapas cognitivos

compreendendo de maneira oposta o momento anterior e ulterior de Cuiabá em tempos de Copa do Mundo.

Em se tratando das ações na cena urbana de Cuiabá com a realização do megaevento internacional, a categoria *Paisagem urbana*, agrupa os mapas cognitivos que possuem representação na paisagem da cidade, incluindo a malha viária, símbolos, a natureza e construções, que ocupam um lugar nas significações das crianças. Nessa categoria estão presentes 34 sujeitos¹⁰ que produziram os mapas cognitivos e revelaram os impactos causados na paisagem urbana de Cuiabá, motivadas pelas obras de mobilidade urbana para a Copa do Mundo 2014.

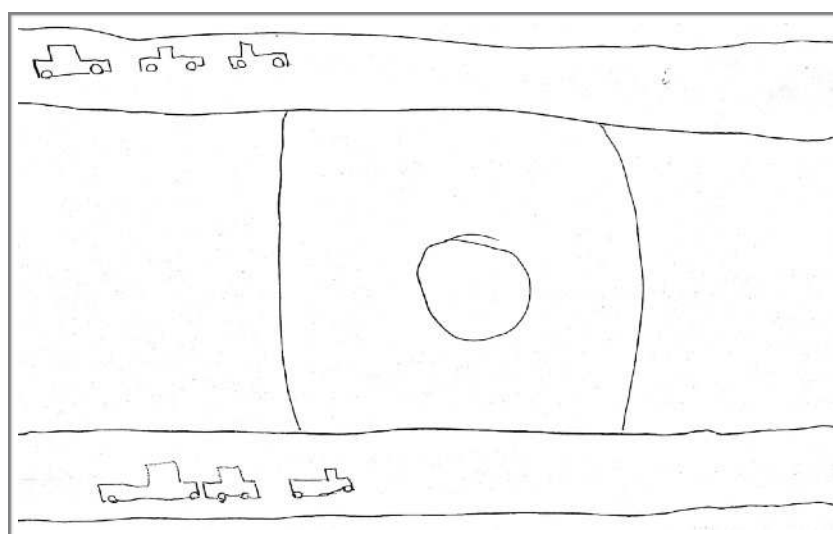


Figura 1 - Sujeito 33, vias expressas
Fonte: dados da pesquisa

A partir disso, é possível interpretar que a construção de uma trincheira, conforme ilustrado na figura 1, privilegiou veículos automotores em geral, enquanto os pedestres perderam espaço, tornando-se vulneráveis a acidentes. Nota-se que não é meramente uma experiência da criança ocorrida nestes espaços, mas uma compreensão social, subjetiva e territorial, cujos elementos imperam as significações de uma cidade restrita ao pedestre.

Aí fizeram um buraco e passa carro por cima e outro por baixo. E as pessoas não estão andando mais aqui por causa da calçada, porque agora eles estão andando mais para cá, porque o espaço da rua ficou mais pequeno porque os carros passam embaixo também e se eles andar onde andavam são atropelados porque ninguém mais está respeitando. (Sujeito 33, sexo masculino, 10 anos)

¹⁰ É importante esclarecer que o número de sujeitos em cada categoria é composto pelos desenhos que fazem referência a cada categoria elencada, passível de serem categorias distintas. Portanto, justifica o número próximo ao total de crianças do estudo.

Assim, a categoria *Vida comunitária* traz consigo elementos que considera a vivência e os dramas das crianças em seus espaços coletivos, sejam eles nos bairros, nas ruas ou em uma maneira holística e familiar de compreender a cidade. Nessa categoria, 10 sujeitos produziram 12 mapas cognitivos, representando a vida comunitária das crianças e apresentaram suas vivências nos contextos da cidade, aspectos que sugerem um cotidiano mais familiar, como também as significações em relação aos índices de violência registrados anteriormente à realização, como também depois da Copa do Mundo, sendo oito no mote “Cuiabá antes da Copa do Mundo” e quatro no mote “Cuiabá depois da Copa do Mundo”.

Tal categoria apresenta significações acerca de uma *cidade familiar e maior inserção da população infantil*, evidenciaram as vivências comunitárias das crianças, representando um modo de ser e estar na cidade decorridos de uma relação ligada a lugares de fácil acesso por elas, e que expressa o afeto e o pertencimento da criança para com a cidade de Cuiabá. Por isso, elas avaliam as implicações das transformações na cena urbana como uma intervenção negativa. A figura 2 ilustra tais considerações:

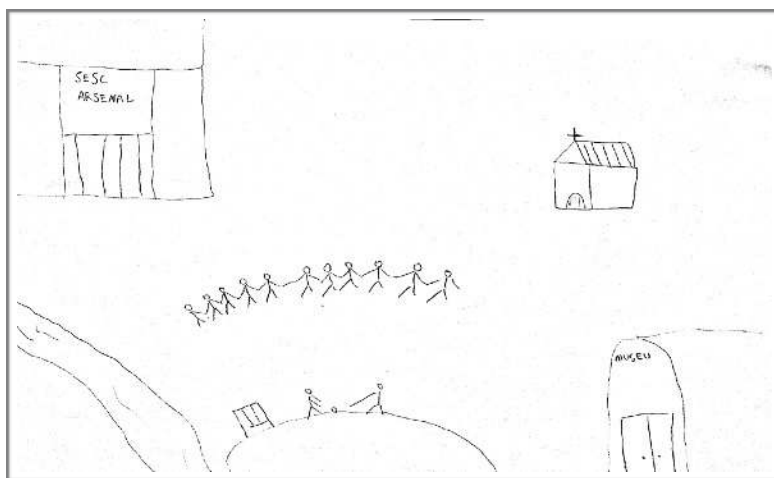


Figura 2 - Sujeito 27, Cidade familiar e maior inserção da população infantil
Fonte: dados da pesquisa

Aqui é o parque, o museu, uma igreja o Sesc Arsenal acho que as crianças estão indo para o parque, acho que elas iam mais para esses lugares mais naturais tipo parques, por exemplo o Parque Mãe Bonifácia. (Sujeito 27, sexo feminino, 12 anos)

Antes da Copa do Mundo não tinha crise de dinheiro, esse apagão de energia, não tinha nada desses problemas, só foi vim porque teve muito gasto, antes aqui tinha um monte de coisa, vinha esses cantores para fazer um showzinho aqui um monte de vezes, aí parou. Tinha muita festa aí depois que veio a Copa do Mundo teve muito gasto, não teve muita economia. (Sujeito 14, sexo feminino, 10 anos)

A categoria *Comércio* apresenta os mapas cognitivos que consideraram o comércio e a atividade consumista como relevantes na cidade em tempos de Copa do Mundo. Essa categoria é composta por quatro sujeitos que produziram cognitivos no mote “Cuiabá antes e depois da Copa do Mundo”. Assim, essa categoria revela indícios de que as significações das crianças a respeito de Cuiabá em tempos de Copa do Mundo são anunciadas por meio do aquecimento mercantil, associado ao consumo, isto é, orientado por um modelo que coincide com o sistema capitalista e empresarial proposto pela organização do megaevento futebolístico.

Desta forma, esse contexto revela vestígios de uma possível efetivação da estratégia biopolítica anunciada por Galindo, Lemos e Rodrigues (2014), no que se refere ao agenciamento privado da cidade, *marketing* esportivo e hoteleiro, que legitimou a vinda da Copa do Mundo a Cuiabá, justificando-a por meio do seu legado. Os mapas cognitivos abaixo (figuras 3 e 4) ilustram essa situação.

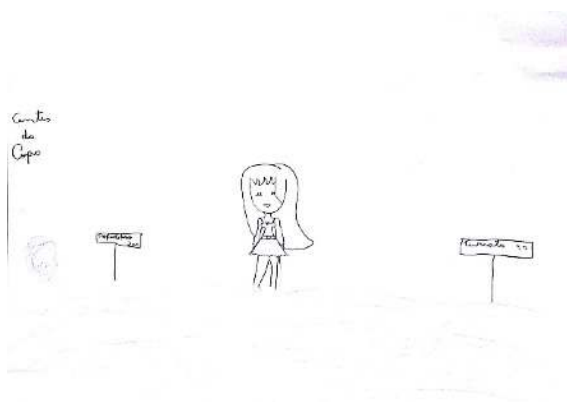


Figura 3 - Sujeito 29, menor potencial econômico/turístico
 Fonte: dados da pesquisa

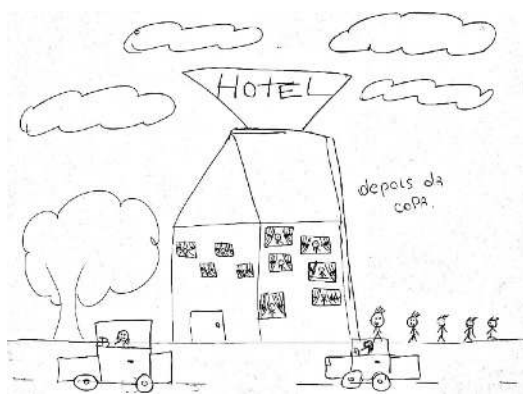


Figura 4 - Sujeito 24, fortalecimento econômico/turístico
 Fonte: dados da pesquisa

Esse daqui é o antes da copa, está escrito população duzentos, turistas trinta, e está vazio, não tem ninguém aqui, porque antes não tinha quase ninguém. Aí veio a copa, depois da copa inaugurou vários hotéis e aí também a população aumentou para mil pessoas e os turistas para quatrocentos, muitas pessoas, e várias pessoas. (Sujeito 29, sexo feminino, 12 anos)

Então, esse aqui é antes da copa, eu estou dizendo a cidade está vazia, está vendo? Tem um hotel, com pouquinha gente hospedada, estava falindo e depois da copa o hotel estava cheio, várias pessoas na rua, vários carros, é isso. Aumentou o fluxo na cidade de carros, motos, de gringos e veio pessoas estrangeiras. (Sujeito 24, sexo feminino, 12 anos)

Que eu sei as crianças podem ir no *shopping*, lojas, não sei mais não, podem ir porque eles deixam entrar e sair, agora eu não posso ir porque estou na escola, mas eu posso ir, só tenho que ter dinheiro e tenho que ter acompanhante e nas lojas os gerentes e patrões não vão deixar. Eu gostaria de ir mais vezes no *shopping*, lá tem cinema, lá dentro tem brinquedo, tem brinquedo para você brincar, esses brinquedos de você pegar, loja, mochilas. (Sujeito 19, sexo masculino, 9 anos)

Portanto, essa categoria demonstra três perspectivas: 1) Cuiabá antes da Copa do Mundo é significada como um lugar esvaziado, de menor população e expressão; 2) A confiança na Copa do Mundo como franco incentivador do desenvolvimento humano e comercial da cidade; 3) A condição econômica da família é anunciada como um critério que define as vivências infantis na sua relação com os espaços urbanos. Assim, a realização do mundial em Cuiabá não apenas cristalizou o ciclo futebolístico, como também é significada como a responsável por desenvolver a cidade nas áreas econômicas, turísticas e sociais.

Os espaços citados pelas crianças, em sua maioria privados, revelam uma rede de significados compartilhados pelas crianças e incorporados ao território que delimitam as fronteiras, forjam e orientam a dinâmica das culturas infantis cuja concepção de *lugares para as crianças* está ancorada em locais de consumo e, portanto, privados.

O *shopping center* é objetivado como um modelo de espaço que contempla, relativamente, o público infantil. Neste aspecto, apresenta-se uma forma global da extensão do tecido urbano que, segundo Jodelet (2002), se constitui pela homogeneização das referências culturais, estruturadas na lógica do consumo que se traduz em um curioso lugar paradoxal: a possibilidade de espaços para crianças enquanto estas estão limitadas a condições financeiras e sociais para usá-los.

E, finalmente, a categoria *Memória Social*, traz consigo hipóteses referentes aos elementos históricos da cidade que estão presentes nas significações das crianças, em que é possível verificar a existência de marcos simbólicos e materiais que foram criados, modificados ou silenciados com a realização do mundial futebolístico. Composta por dois sujeitos, essa categoria agrupa vestígios de memória social identificadas nos mapas cognitivos das crianças por meio das representações do antigo estádio Verdão¹¹ e a derrota brasileira para a seleção alemã na Copa do Mundo de 2014.

¹¹ Inaugurado oficialmente em 1976, o Estádio Governador José Fragelli, popularmente conhecido como Verdão (em homenagem à cidade de Cuiabá, chamada de Cidade Verde), fazia parte do patrimônio arquitetônico de Cuiabá/MT e, por 35 anos, foi palco do futebol mato-grossense. O Estádio tinha capacidade, em seu projeto inicial, para 55 mil torcedores. A história deste estádio demonstra que havia sido palco de grandes espetáculos futebolísticos, artísticos e religiosos (BOAMORTE, 2014).

O estádio do *Verdão* é representado pelo sujeito 17 ao desenhar o antigo estádio de Cuiabá, que foi demolido para a construção da Arena Pantanal em suas proximidades. Este estádio era tido como um patrimônio arquitetônico da cidade, sendo, inclusive, nomeado em referência ao apelido de Cuiabá “cidade verde”, conforme anunciado por Boamorte (2014). Deste modo, é possível compreender que, embora sua aparição aconteça por um sujeito, denotam-se vestígios da memória social deste histórico patrimônio cuiabano. A figura 5, exemplifica tal consideração:

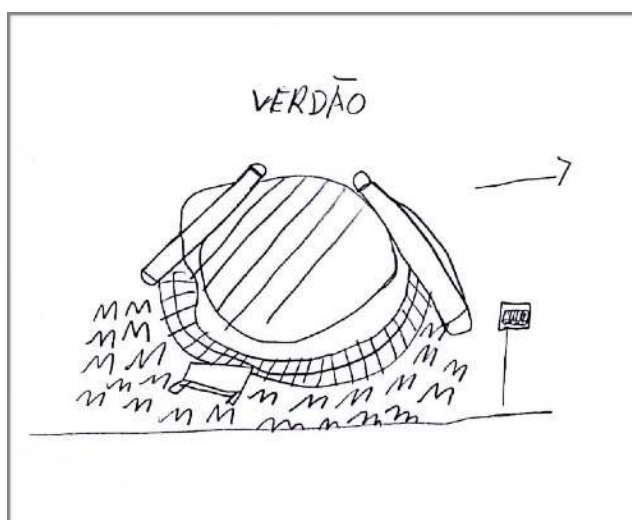


Figura 5: Sujeito 17, “Verdão”
Fonte: dados da pesquisa

Esse aqui é Cuiabá antes da Arena, antes de algumas reformas ainda. Agora colocaram grama, colocaram muitas gramas árvores, bancos, ponto de ônibus. Meio que os pisos de lá. Ainda não tinha ainda a Arena Pantanal. Tinha só o Verdão, aí fizeram Arena Pantanal. (Sujeito 17, sexo masculino, 11 anos)

A gente mora em apartamento costuma brincar no prédio e não sair porque é perigoso, não deixa ir sozinha para a casa de a pé, eu também tenho medo. Um lugar que eu gosto muito de ir é na Arena Pantanal porque sempre tem como andar de patins, de bicicleta, eu sempre vou lá, então eu acho que as crianças podem ir lá, e também no parque Mãe Bonifácia que é legal. (Sujeito 24, sexo feminino, 12 anos)

Em relação a expressão “7x1”, por sua vez, fica demonstrada, de acordo com a figura 6, a relação complexa que o futebol assume no cenário social, sobretudo, após uma derrota por um placar expressivo em uma Copa do Mundo no Brasil. Neste contexto, uma gama de situações simbólicas emerge, e sugere um convite ao resgate de memórias na íntima relação entre as vivências futebolísticas e seu potencial identitário. De modo geral, esta classe anuncia que a vivência da criança na cidade parece estar

pautada no antagonismo público e privado por meio do qual a classe social se apresenta como oportunidade de inserção nos espaços privados representados como seguros e divertidos ou como aspecto que define a sua exclusão inclusive dos espaços públicos que só podem ser utilizados em seus arredores e com instrumentos brincantes particular ou alugados no local. Com isso, o uso da Arena Pantanal em si fica restrito à aquisição de ingressos.

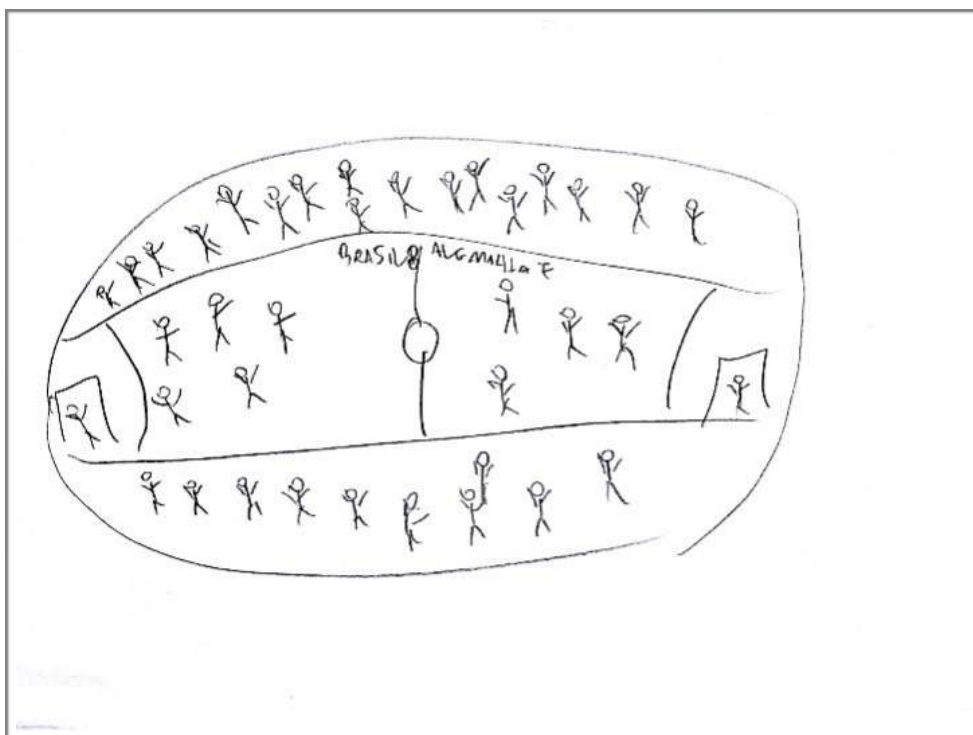


Figura 6: Sujeito 32, "7x1"
Fonte: dados da pesquisa

Esse desenho é depois da Copa, aí jogamos também eu lembro que foi Brasil e Chile, empatou, foi para os pênaltis e o Brasil ganhou. Quando foi contra a Alemanha aí foi um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete e no final Oscar fez um. Ficou sete a um. (Sujeito 32, sexo masculino, 12 anos)

Destarte, os contextos apresentados nesta categoria parecem demonstrar alguns fatos que marcaram o imaginário social e, desta forma, sugerem vestígios de memória partilhada. Desta forma, têm raízes históricas e pertencem ao patrimônio arquitetônico da cidade, sua demolição provocou lamentações, não apenas por deixar de existir, mas também pelo fato de não ser aproveitada nenhuma parte de sua antiga estrutura, nem

mesmo seu nome e apelido. O placar de 7x1¹² no jogo entre Alemanha x Brasil foi um momento impactante e recheado de estranhamentos que pode ter despertado, lembrando Jodelet (2001), sistemas de interpretações para orientar o seu modo agir e pensar, sobretudo em relação ao pressuposto de “país do futebol”, em conflito com a realidade apresentada.

As crianças na Cuiabá da Copa do Mundo: representações socioespaciais, linguagem espacial e escala geográfica

A produção de uma escala geográfica das crianças deste estudo permite explorar três escalas específicas mais recorrentes nos discursos e nos mapas cognitivos: *cidade; shopping; e Arena Pantanal*. Os contextos dentre elas colocam em relevo ao menos três aspectos de cada escala, a saber: a) *identidade das escalas e seus acessos infantis*; b) *aproximações e distanciamentos com as outras escalas*; c) *possibilidades de resistência e superação, isto é, de saltar as escalas*.

Cidade

Tanto os mapas cognitivos, quanto o tratamento das entrevistas das crianças pelo *software* Alceste, demonstraram que os contextos urbanos, incluindo dilemas cotidianos, são os mais recorrentes nas significações das crianças, haja vista que as categorias e os núcleos de significação trazem a via pública como um cenário de embates e enfrentamentos diários em relação ao acesso à cidade, ondas de violência e os perigos associados aos espaços públicos.

A dialética cidade e criança é central para a análise desta escala, compreendendo que o ambiente urbano é construído histórico e socialmente, é, por conseguinte, *lócus* de trocas sociais, estabelecendo-se como um encontro com o Outro e de constituição da coletividade. Desta forma, a via pública marca o ponto de encontro com o novo e com o tradicional, suscita novas e perpetua vestígios de memória social, e neste prisma, favorece processos de elaboração de identidades pessoais e sociais, já anunciados por Jodelet (2002).

Neste prisma, é possível identificar nas significações das crianças a respeito da cidade de Cuiabá antes e depois Copa do Mundo, que os espaços da cidade envolvem

¹²Ao desenhar o mapa cognitivo, o sujeito 32, inicialmente, havia colocado o placar de Brasil 1 x 7 Alemanha. Após a finalização da entrevista, veio a alterar para Brasil 8 x 7 Alemanha, alegando que “é para ficar assim, desse jeito” e sorriu. Pode-se compreender, a partir desse movimento, um suposto placar ideal e desejado pela criança (Nota de campo, 06/11/2015).

riscos e desafios mediados pelo grande problema contemporâneo que assola os grandes centros que é a violência, constituindo-se como um dos níveis de ancoragem das representações sociais. Porém, não somente os discursos das crianças revelam uma faceta cuja diferenciação espacial se alarga na medida em que o projeto arquitetônico da cidade pouco contempla meios de transportes alternativos e ecologicamente corretos, dificultando o deslocamento e distanciando o público infantil dos espaços coletivos que não sejam a escola. Vê-se que este é um outro nível de ancoragem, pois é o que revela os processos de significação infantil que percebe os seus contextos de vida.

O modelo empresarial administrado na cidade após a confirmação de que Cuiabá sediará a Copa do Mundo de Futebol em 2014, aponta diferentes sistemas, compromissos políticos e funções firmados para a adequação do espaço urbano da cidade. Assim, as perspectivas consumista, imobiliária e de fluxo rápido, parecem ter sido privilegiadas e são sentidas e significadas pelas crianças ao notarem a falta de finalização das obras, ou contestarem a viabilidade dos investimentos neste segmento ou até mesmo ao relatarem os problemas sociais que as rodeiam e a falta de garantias de seus direitos fundamentais.

Essa percepção, por sua vez, reforça a análise do *software* Alceste, que revelou que a vinda da Copa do Mundo à Cuiabá teve pontos positivos, significados como a modernização da cidade, enquanto os setores essenciais de saúde, educação e segurança pública não acompanharam tais ações. Desta forma, a função da cidade é interpretada pelas crianças é que se consiga ter asfalto e obras, como também apresentaram nos mapas cognitivos contextos de vida comunitária também mediante uma empatia entre pessoas que partilham dos espaços sociais. Este fato dialoga com os pressupostos anunciados por Sennett (2014b), ao discutir o corpo na cidade, relatando que a construção social dos espaços urbanos provém de vivências corporais, trocas sociais em uma conexão com o lugar.

Desta forma, a cidade, enquanto uma escala geografia, emerge como uma fronteira que tipifica o modo segundo o qual as crianças são e estão nos espaços urbanos. Nesse contexto, as crianças denunciam a falta de oferta de lugares públicos que sejam gratuitos e seguros, e se veem restritas a lugares privados, se assemelhando a um movimento de resistência em busca de saltar os limites desta escala. Se a cidade está ancorada em um corpo de conhecimento social que dialoga a todo momento com as crianças e que existe uma íntima relação entre a vivência da criança e o local com que ela será vivida (LOPES; VASCONCELOS, 2005). De certa forma, as decisões políticas tomadas se assemelham a lógica de organização globalizada (ZUKIN, 2000), consumista,

forjando espaços homogêneos e não investindo em referências culturais, e, assim, constituindo uma territorialidade inclinada a elaboração de processos identitários cada vez mais individualizados.

Shoppings

Lugar de consumo e lazer, os *shoppings* têm suas estruturas pautadas em um modelo de comércio-empresarial nos grandes centros. Repleto de franquias multinacionais, o cotidiano dos *shoppings centers* é um atrativo a parte na paisagem das cidades, oferecendo conforto, segurança, além de produtos em geral em um ambiente climatizado.

O *shopping* é uma escala que estabelece uma relação muito próxima com as crianças deste estudo, cujas significações o apresenta como um lugar recomendado para o público infantil, um espaço de inserção social, de circulação, de lazer e de consumo. Em outras palavras, o *shopping* é significado como a parte boa da cidade, confiável e com diversidade de atrações.

As fronteiras do *shopping* são bem definidas, com muros, estacionamento privado, lojas de produtos em geral e alimentícios, cinema, embora não haja cobrança para acesso às dependências coletivas do lugar, mas em se tratando da criança, há a restrição de sua entrada caso não estiver acompanhada por um responsável maior de idade. A escala geográfica se constitui mediante ao que Moraes (2002) chamou de espaços de segurança e de reclusão, e que pode ser ampliado no sentido de uma delimitação econômica e social da criança e de sua família para deslocar-se e custear os desejos das crianças. As crianças vivenciam esta escala, ao ponto de perceberem que, embora o *shopping* seja desejado, o seu acesso irrestrito é negado.

Neste prisma, as relações estabelecidas pela criança com a esfera pública em sua *situação social de desenvolvimento* (VIGOTSKI, 2010) corroboram para que os processos de segurança e reclusão, objetivados pelas referências a *shoppings centers*, sejam internalizados de modo que a esfera privada é significada como um modelo de vida, enquanto a vida pública deve ser evitada como mecanismo de *defesa através do retraimento* (SENNETT, 2014b). Essa defesa, neste caso, aponta para a utilização mínima/necessária de alguns espaços da esfera pública devido aos riscos que têm representado.

De modo geral, percebe-se nas significações das crianças um movimento de pensar sobre seus espaços como uma extensão de si, o que permite um diálogo entre a identidade dos lugares e a identidade dos sujeitos, ao propor, por exemplo, um modelo

de sociedade que contemple outras maneiras de utilizar o espaço, que não seja necessário pagar pelo seu uso. As crianças objetivam esse modelo em suas representações sociais e descrevem um molde público de *shopping*, estabelecendo critérios para o uso a partir do modelo privado, mas com a gratuidade, buscando, mediante seu pensamento ingênuo, saltar a escala que o circunda.

Arena Pantanal

Lugar de múltiplo uso, a escala Arena Pantanal está presente nas significações das crianças como a objetivação da Copa do Mundo de 2014 e traz consigo alguns contextos que merecem ser explorados em termos de ambiente construído e vivido pelas crianças.

Significada pelas crianças como um lugar para as crianças, suas representações sociais apresentam uma comparação entre o período anterior e posterior à Copa do Mundo, e demonstram que a utilização dos espaços da arena é representada como sendo também um lugar para o público infantil. No entanto, ao refletir a respeito da natureza da Arena Pantanal é preciso lembrar que a sua utilização acontece gratuitamente apenas em seu entorno, e que jogos e a maioria dos *shows* só pode ser usufruído após adquirir um ingresso.

Em outras palavras, o que é público e o que é privado não é uma fronteira demarcada neste espaço, segundo as crianças, e se imbricam na medida em que as mesmas não as identificam. A partir disso, tem-se uma confusão entre as esferas pública e privada, relacionado aos paradigmas anunciados por Sennett (2014a), em relação ao declínio do homem público, como também o alerta feito por Jovchelovitch (2000), em relação a ausência de demarcação dessas fronteiras, que pode ter como resultado a legitimação de interesses privados em detrimento da coletividade.

No entanto, é neste contexto que as crianças tentam “saltar” essa escala, ao objetivarem a Arena Pantanal como um lugar público e seguro para o desenvolvimento de atividades brincantes, sendo, portanto, o *legado da Copa* que lhes foi materializado, mesmo que, para isso, elas *focalizem* suas atenções na natureza pública deste lugar e mantenham certa distância para o seu caráter privado, isto é, de sua condição restritiva.

Considerações finais

O processo de significação em relação às intervenções urbanas ocorridas em Cuiabá em função da realização do evento futebolístico revelou o potencial das crianças na construção de categorias de análise acerca da realidade, mediante as quais assumem postura ativa, apesar de se representarem como sujeitos que dependem da intervenção de familiares para acessar os lugares ou as narrativas produzidas a respeito deles. Portanto, nota-se a tendência das crianças de assumirem a configuração do espaço privado como referência para se pensar o espaço público, sendo definido como lugares gratuitos. O que se percebe é a necessidade de se sentir incluído e de exercer o seu poder de escolha com relação à ocupação dos espaços da cidade.

Neste sentido, é possível perceber a íntima relação da cidade como lugar que se estabelece com a dimensão simbólica da criança, uma vez que toma para si características anteriormente atribuídas aos espaços da cidade, constituindo-se, por conseguinte uma *identidade dos lugares*. O megaevento na cidade produziu valores como, por exemplo, um prestígio por sediar uma competição de destaque na mídia.

Uma outra hipótese interpretativa emerge das ações políticas tomadas para que Cuiabá fosse sede da Copa do Mundo 2014. Tais ações almejavam uma reestruturação urbana em busca também de equiparar-se ao mercado global, veloz e preciso, no que se refere ao tempo e espaço. Isso, na interpretação de Zukin (2000), fomenta um pensamento privatista e a construção de “espaços domesticados”. Tais locais possibilitam encontros restritos a pessoas do mesmo estrato social. A ancoragem das crianças em relação a este contexto, faz referência a uma cidade que só é possível se houver condições financeiras para usufruí-la. Esta compreensão decorre da ausência de lugares públicos que contemplem suas necessidades de lazer, segurança e qualidade de vida. Assim, como anunciado por Lopes (2005), tais pautas restringem o acesso das crianças aos lugares da cidade, afetando seu desenvolvimento social e promovendo a exclusão em uma cidade que outrora era vista como inclusiva e acessível.

Portanto, as crianças consultadas por este estudo, de modo geral, demonstraram estar aptas a pensar a sua realidade a partir de seus processos de significação, sendo sujeitos ativos que produzem e compartilham representações sociais. A cidade se apresenta como amplo espaço educativo, agregando as várias formas de aprendizagem e de culturas infantis, ao longo dos seus espaços e lugares com seus símbolos, patrimônios históricos e culturais, que provocam a fruição do encontro com o Outro e seus artefatos.

Tais perspectivas dão pistas para ajudar a pensar a construção de uma proposta educacional que dialogue com o potencial da cidade e que valorize a autoria infantil como ponto de partida para o aprendizado e, sobretudo, que aproxime a realidade das crianças, tomando por base seus contextos, formando, assim, um instrumento de construção de sua condição cidadã, primordial para a democracia e para um projeto de sociedade inclusivo e participativo.

Referências Bibliográficas

- ALBA, M. Mapas cognitivos: uma ferramenta para a análise de representações socioespaciais In: SOUZA, C. P. et al. **Representações sociais: estudos metodológicos em educação**. Curitiba: Champagnat; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2011.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BELLONI, M. L. **O que é sociologia da infância**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.
- BOAMORTE, R. **Da construção à demolição: Estádio Verdão e suas histórias**. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/mt/noticia/2014/03/da-construcao-demolicao-estadio-verdao-e-suas-historias.html>. Acesso em: 07 mar. 2018.
- GALINDO, D.; LEMOS, F. C. S.; RODRIGUES, F. X. F. COPA 2014: a produção biopolítica de uma cidade onde a exceção se tornou a regra. In: **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 14, n. 29, p. 87-99, abr. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2016.
- JODELET, D. A cidade e a memória. In: DEL RIO, V.; DUARTE, C. R.; RHEINGANTZ, P. A. (Org.). **Projeto de Lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002, p. 31-43.
- _____. As representações sociais um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Tradução Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 17-44.
- JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- LOPES, J. J. M; VASCONCELLOS, T. Geografia da infância, territórios infantis e contemporaneidade: outras reflexões. In: _____. **Geografia da infância: reflexões sobre uma área de pesquisa**. Juiz de Fora/MG: FEME, 2005.
- _____. Geografia da infância: territorialidades infantis. In: **Currículo Sem Fronteiras**. v. 6, n. 1, p. 103-127, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss1/articles/lop_vasc.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2016.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.
- SARMENTO, M. J. Visibilidade Social e Estudo da Infância. In: VASCONCELLOS, V, M, R.; SARMENTO, M. J. (Org.) **Infância (In)Visível**. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2007.
- SENNETT, R. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. Rio de Janeiro: Record, 2014a.
- _____. **Carne e pedra**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014b.
- SMITH, N. Contornos de uma política especializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

VIGOTSKI, L. S. Manuscrito de 1929. In: **Educação & Sociedade**, Tradução de A. A. Puzirei, Campinas, ano XXI, n. 71, p. 21-44, jul. 2000.

_____. **Quarta aula: a questão do meio na Pedologia**. Tradução de Márcia Pileggi Vinha. Psicologia USP, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 681-701, 2010.

ZUKIN, S. Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

Recebido em 19 de março de 2018.

Aceito para publicação em 10 de dezembro de 2018.